

*ACTA Nº 1/2010*

*--Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no dia vinte seis de Fevereiro de dois mil e dez. -----*

*--Ao vigésimo sexto dia do mês de Fevereiro de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se a **Sessão Ordinária** com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----*

*--1. **Relatório de Actividades do Executivo Municipal Relativo aos meses de Janeiro e Fevereiro - Apreciação.** -----*

*--2. **Ponto de Situação da Câmara Municipal - Apreciação.** -----*

*--3. **Proposta de Manutenção de Algumas Medidas de Apoio/crise 2009/2010 - Análise e Aprovação.** -----*

*--4. **C.P.C.J. - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens - Plano de Acção para 2010 - Análise e Aprovação.** -----*

*--5. **D.T.O.U.A. - PDM: Alteração do Plano Director Municipal por Adaptação ao PROTOVT - Análise e Aprovação.** -----*

*--6. **Protocolo SISA V/Câmara Municipal de Chamusca - Análise e Ratificação.** -----*

*--7. **RESITEJO - Construção da Central de Valorização Orgânica / Contratação de Financiamento Bancário - Análise e Ratificação.** -----*

*--8. **Estatuto dos Benefícios Fiscais - Isenções de IMT ao abrigo da Portaria nº 1467-A/2001 de 31 de Dezembro - Análise e Ratificação.** -----*

*--a) **Aquisição de Prédio Urbano na Rua do Miradouro nº 7 - A, Cabeças - Pinheiro Grande, por Vânia Filipa Santos Jacinto.** -----*

*--b) **Aquisição de Prédio Urbano em Ulme, pela Empresa Vacaria Terra das Chantas, Lda.** -----*

--c) *Aquisição de Prédio Urbano na Avenida Jesuíno Magano, Chamusca, pela Empresa Campos e Nazário – Oficina de Reparações de Automóveis, Lda.* -----

--9 *Protocolo de Utilização de Instalações / Actividade Física e Desportiva – Câmara Municipal de Chamusca e Junta de Freguesia de Ulme – Análise e Ratificação.* -----

--10 *Protocolo de Cedência de Recursos Humanos – Câmara Municipal de Chamusca e Junta de Freguesia do Pinheiro Grande – Análise e Ratificação.* -----

-- *Antes do início dos trabalhos decorreu, proposto pelo Senhor Presidente da Mesa, um minuto de silêncio em memória das vítimas da intempérie que ocorreu na Ilha da Madeira.* -----

#### **-----PRESENCAS-----**

--**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** *Verificadas as presenças e processadas as substituições legais e regimentais, registou-se a ausência de Pedro Miguel Martins Braz, José João Braz Vicente, eleitos pelo Partido Socialista e Duarte Mendes Trindade Arsénio eleito pelo Bloco de Esquerda.* -----

--**DA CÂMARA MUNICIPAL:** *Registaram-se as presenças do Presidente da Câmara Municipal - Sérgio Carrinho; Vice-presidente - Francisco Matias; Vereação: Joaquim Garrido; Paulo Queimado e João Lourenço.* -----

#### **-----CORRESPONDÊNCIA-----**

--*Foi informado o Plenário sobre a justificação de faltas e pedido de substituição à presente Sessão, de Pedro Miguel Martins Braz, e José João Braz Vicente eleitos pelo Partido Socialista e de Duarte Mendes Trindade Arsénio eleito pelo Bloco de Esquerda.*

#### **-----SUBSTITUIÇÃO DE ELEITOS-----**

--*De acordo com os preceitos legais e regimentais ocorreu a substituição do eleito Pedro Miguel Martins Braz por Carla Virgínia Cipriano Santos, de José João Braz Vicente por*

*Fernando Manuel Duarte Garrido e de Duarte Mendes Trindade Arsénio por Maria Gourete Gonçalves Carrinho. -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa informou que de acordo com art.º 52 do Regimento em Janeiro a Mesa da Assembleia teria que apresentar um relatório da actividade do ano anterior. Mais informou que o mesmo, anteriormente nunca foi elaborado. Sugeriu, ainda que este ano não se faça, uma vez que não se justifica fazer o relatório referente a um mês, ou que se retire esse ponto do Regimento da Assembleia, se se considerar que o mesmo não é necessário. Relativamente ao Regimento da Assembleia pedia que a comissão de revisão do mesmo apresentasse um documento na próxima Sessão. -----*

#### ***-----ACTA Nº 3 A/2009-----***

*--O Senhor Presidente da Mesa colocou a Acta nº 3 – A/2009, da Sessão anterior à discussão e não havendo nada a acrescentar procedeu-se à votação que foi expressa por:*

*--Votos Contra: 0 (Zero). -----*

*--Abstenções: 1 (Uma) – Maria Gourete Gonçalves Carrinho (BE). -----*

*--Votos a Favor: 21 (Vinte e um) – (Restantes elementos). -----*

*--Assim a Assembleia Municipal **Aprovou** por maioria de presenças e uma abstenção, a Acta nº 3-A/2009.-----*

#### ***-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----***

*--A Senhora Deputada Maria Gourete Carrinho (BE), apresentou uma moção sobre o IC3, a qual se transcreve:-----*

#### ***-----MOÇÃO-----***

*--"Verificando-se que:-----*

*--Frequentemente há existência de congestionamentos no tráfego dentro da Ponte da Chamusca, devido à colocação dos raides de protecção colocados com o único*

*objectivo de proteger a estrutura da ponte nos locais onde a configuração dos pilares de reforço a tornam mais estreita;* -----

*--Devido a tais factos têm existido vários acidentes, principalmente quando existe nevoeiro;*-----

*--Os prejuízos materiais e atrasos para os utilizadores decorrentes de tais factos são constantes;*-----

*--A conclusão da tão necessária e desejada IC3 e construção da respectiva Ponte Nova foram adiadas pelo Governo Central.*-----

*--A Assembleia Municipal:*-----

*--1º - Manifesta grande preocupação e discordância pela decisão governamental, e,*

*--2º - Propõe e recomenda a quem de direito que melhores soluções sejam encontradas, de forma a que os incómodos e os prejuízos para os utilizadores sejam evitados.*-----

*--Chamusca, 26 de Fevereiro de 2010*-----

*--A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda*-----

*--Maria Gourete Gonçalves Carrinho"*-----

*--Não havendo nada a acrescentar, procedeu-se à votação da **Moção** que foi **Aprovada** por unanimidade de presenças.* -----

*--O Senhor Deputado José Braz (CDU), apresentou uma Moção sobre a saúde no concelho cuja intenção não é criar guerras políticas mas sim fazê-la aprovar, de preferência por unanimidade, uma vez que a saúde no concelho afecta todos e estamos todos do mesmo lado. Assim, transcreve-se :-----*

**MOÇÃO**

**PELA DEFESA DE SERVIÇOS DE SAUDE COM QUALIDADE**

*--A defesa de serviços de saúde no concelho com qualidade é uma preocupação e um dever de todos os autarcas. Sabemos das dificuldades e das carências que os responsáveis pelos serviços de saúde têm em contratar médicos portugueses, ou porque não existem em número suficiente para preencher todas as necessidades dos serviços públicos e/ou porque muitos estão a transferir-se para os serviços de saúde privados onde lhes oferecem melhores condições económicas e de progressão na carreira ----*

*--As populações do interior têm os mesmos direitos aos serviços de saúde pública que as das regiões urbanas. Ora a reorganização que está a ser implementada pelas entidades responsáveis por este sector não pode prejudicar estas populações, em grande parte uma população envelhecida, com poucos recursos económicos, com baixas reformas, sem meios de transporte próprios e públicos para se deslocarem aos centros mais urbanos onde ficam instaladas as USF (Unidades de Saúde Familiar).----*

*--Estamos a acompanhar com atenção e alguma preocupação as diligências que têm sido feitas pelos nossos responsáveis locais e sabemos que tem existido alguma compreensão das entidades regionais e Governo Civil pelas características do nosso concelho que o tornam alvo de um estudo mais atento para a implementação da reorganização que se pretende desenvolver nos serviços de saúde.-----*

*--Considerando:-----*

*--As características sociogeográficas do concelho, as enormes distâncias entre as sete freguesias do concelho e a vila de Chamusca, a inexistência de transportes públicos diários e regulares, uma população envelhecida e de fracos recursos, as reformas baixas do sector agrícola, entendemos que a falta de serviços de saúde de proximidade e de um médico de família e dos serviços de enfermagem junto destas populações é uma situação injusta e grave para quem paga os seus impostos e tem os mesmos direitos de todos os outros portugueses.-----*

*--É necessário continuar a dialogar com as entidades competentes para fazer prevalecer os direitos dos nossos munícipes à saúde e garantir a continuidade destes serviços no concelho. Lembramos que os concelhos não são todos iguais. Cada caso é um caso. Por isso, merecem um estudo particular:-----*

*--Acreditamos que Assembleia Municipal, à semelhança dos anteriores mandatos, vai estar atenta à situação da saúde concelhia e saberá, a breve tempo, discutir e tomar as decisões que se julguem mais correctas para ajudar a solucionar este problema dos serviços de Saúde Pública. Por último, recomenda-se à Câmara Municipal que continue a fazer todas as diligências junto das entidades responsáveis deste sector, de modo a garantir serviços de saúde com qualidade para o nosso concelho.-----*

*--Os eleitos da CDU"-----*

*--Não havendo nada a acrescentar, procedeu-se à votação da **Moção** que foi **Aprovada** por unanimidade de presenças. -----*

*--Passou de seguida a Senhora Deputada Carla Santos (PS) a apresentar:-----*

*--"DECLARAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA DA SAÚDE NO CONCELHO DA CHAMUSCA-----*

*--Considerando que a missão dos Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES) é garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população de uma determinada área geográfica, procurando manter os princípios de equidade e solidariedade, de molde a que os grupos populacionais partilhem dos avanços científicos e tecnológicos postos ao serviço da saúde e bem-estar; de forma a estruturar as diferentes unidades funcionais para satisfazer as necessidades dessa mesma população, a questão que se coloca é, em que medida a criação de uma Unidade de Saúde Familiar (USF) no nosso Concelho, prossegue estes dois objectivos.-----*

*--Considerando que estas unidades visam a prestação de cuidados com maior*

*proximidade e qualidade, surge-nos uma pergunta: em que medida é que essa USF promove a proximidade dos cuidados de saúde?-----*

*--Dentro deste contexto, ainda nos surgem mais dúvidas:-----*

*--Em que medida é que a deslocação dos serviços de saúde para a sede do concelho vai garantir a proximidade dos mesmos às populações do restante Concelho?-----*

*--Como se vai proceder à deslocação destas pessoas às consultas?-----*

*--Como vamos garantir às faixas etárias mais idosas os cuidados de saúde de que efectivamente necessitam?-----*

*--Mas não nos podemos esquecer que os grupos de pessoas que necessitam de cuidados médicos é mais alargado que esta faixa etária: eles são as crianças, as pessoas desfavorecidas e/ou carenciadas, as pessoas com dificuldades de mobilidade, resumindo, é a população em geral-----*

*--As USF têm sido muito bem aceites nos locais onde foram implementadas. Têm um modelo de gestão motivador para os profissionais que dela fazem parte e vieram resolver a questão do número de utentes existentes sem médico de família, uma vez que os profissionais de saúde asseguram consultas e/ou serviços a todos os utentes inscritos, mesmo em caso de férias ou faltas de algum dos profissionais. -----*

*--Mas a implementação destas unidades implica a concentração dos serviços em determinados locais sob pena de encerramento de outros. -----*

*--A criação das USF visa a resolução de problemas!-----*

*--O grupo parlamentar do Partido Socialista pensa que ISSO não acontecerá no nosso Concelho, mas que criará mais problemas e desigualdades.-----*

*--Caso este projecto avance, possibilita uma melhoria dos cuidados de saúde apenas à população da freguesia sede de concelho e às populações que virem continuar as suas extensões de saúde. -----*

*--Desta forma importa perguntar como fica a restante população? Vêm as suas extensões de saúde encerrar?-----*

*--E o acordo tácito existente entre os diversos parceiros no sentido de, aquando da inauguração da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia, estabelecer-se uma parceria de modo a que se assegurasse um atendimento complementar de saúde assegurado pelo corpo clínico da referida unidade?-----*

*--Pelo exposto e em total solidariedade para com toda a população do Concelho da Chamusca, recomenda-se aos principais responsáveis, quer a nível de poder local, regional ou nacional, que reflectam sobre a realidade de um concelho, que além de extenso, possui ainda uma população idosa, cerca de 24% segundo os Censos de 2001, e que não pode ser considerado nos mesmos termos em que a actual legislação foi baseada, ou seja, para os concelhos essencialmente urbanos onde existe uma elevada concentração populacional.-----*

*--O Grupo Parlamentar do Partido Socialista"-----*

*---A Senhora Deputada Maria Gourete Carrinho (BE), apresentou uma Saudação, que se transcreve:-----*

*-----"Saudação-----*

*--O 8 de Março é celebrado em todo o mundo, como uma jornada de afirmação na conquista de direitos económicos, sociais e políticos contra todas as formas de exploração e discriminação das mulheres. -----*

*--Em 2010 passam cem anos sobre a proclamação do Dia Internacional da Mulher, um longo período de luta para alcançar importantes direitos. -----*

*--Um século passado, as mulheres portuguesas continuam a ser fortemente penalizadas com as políticas dos sucessivos governos, estando hoje a receber em média menos 30%*

*do que os homens, sendo uma parte significativa dos desempregados, sem ter acesso ao subsídio de desemprego.*-----

*--As opções e práticas políticas, que os Governos têm prosseguido e até acentuado, conduzem a que as mulheres constituam 69% dos licenciados no desemprego, as mais atingidas pelo trabalho precário e processos de despedimentos.*-----

*--Considerando, ainda, que muitos dos direitos conquistados são alvo de constantes procuras de subversão e penalização pela sua utilização ou simples evocação, a Assembleia Municipal de Chamusca dirige uma saudação às Mulheres Portuguesas em geral e um apelo para que façam do dia 8 de Março um dia especial, de Festa de protesto e luta pela exigência de uma política que garanta os direitos que a Constituição da República consagra, bem como das Convenções Internacionais originárias da ONU, da OIT, do Conselho da Europa e de normas Comunitárias.*----

*--Chamusca, 26 de Fevereiro de 2010*-----

*--A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda*-----

*--Maria Gourete Gonçalves Carrinho*"-----

*--Não havendo nada a acrescentar, procedeu-se à votação da Saudação que foi Aprovada por unanimidade de presenças.*-----

*--O Senhor Deputado Manuel Pedro Castelão (CDU), apresentou uma declaração que demonstra preocupação para com a situação de todos os trabalhadores, em especial com os da função pública, a qual se transcreve:*-----

#### *-----"DECLARAÇÃO*-----

*--Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores;*-----

*--Actualmente no nosso país, por razões sobejamente conhecidas de todos, voltaram os tempos em que os trabalhadores e seus familiares tanto do sector público como do sector privado, vivem dias de enormes dificuldades, considerando toda a envolvência Político Laboral que tem vindo e continua a ser levada a cabo por este governo a pretexto do combate á crise. (SALIENTAR QUE ESTA CRISE TEM NOMES E ROSTOS, E COMO TAL TEM RESPONSÁVEIS E NÃO NOS DIGAM QUE É A CONJUNTURA).-----*

*--É certo que em alguns sectores de actividade, infelizmente, esta situação de dificuldades acrescidas é bastante real e está a criar dificuldades principalmente as micros, pequenas e médias empresas mas, ao contrário, em muitos outros sectores de actividade onde abunda a especulação o compadrio e o logro, os resultados de muitos milhões se acumulam todos os dias, e por caricato que pareça a ofensiva e a exploração não é menor, bem pelo contrário a exploração contínua.-----*

*--Impõe-se pois, não somente contestar, mas denunciar de forma inequívoca os ataques que estão neste momento a ser dirigidos aos trabalhadores de uma forma em geral e aos da Função Pública no caso particular; com alterações e supressão de direitos adquiridos, em negociação directas com os governos ao longo de várias décadas, direitos esses, que hoje são trocados pela insegurança, pela precariedade, pela instabilidade e o receio constante em relação ao futuro.-----*

*--Desde o ano de 2000 com excepção do ano de 2009 a inflação foi sempre superior á actualização dos seus salários, sendo real que durante estes 9 anos os trabalhadores da função pública viram o seu poder de compra reduzido em 6% e, sendo certo que existem muitos quadros superiores, chefias e outros equivalentes que auferem chorudos vencimentos e outras benesses, que lhe permite viver a vida sem qualquer tipo de sobressalto, infelizmente e ao invés, existem muitas dezenas de milhares de*

*trabalhadores que têm como retribuição mensal o Salário Mínimo da Função Pública, que é actualmente 465€ sendo 10 Euros mais baixo que o actual Salário Mínimo Nacional para o sector privado, ou seja, um valor que deveria fazer corar de vergonha quem é responsável por tamanha afronta. (Até apetece desafiar esta gente a viver 1 só mês com este valor vergonhoso, para darem valor e sentirem na pele todas as dificuldades que estão a fazer passar estes trabalhadores e suas famílias).-----*

*--Aliás a pretexto desta crise, assistimos hoje a inúmeras empresas de diversos sectores a levarem por diante políticas de redução das retribuições, de redução dos meios humanos e todo o tipo de violações aos mais elementares direitos de quem trabalha, embora não ignorando nós as dificuldades reais que já referimos de muitas empresas e sectores que de forma directa e indirecta são também elas vítimas desta política desigual e injusta que ao invés do que anunciou e prometeu está mais virada para a defesa dos grandes interesses em detrimento de quem trabalha e tem pensões miseráveis.-----*

*--A redução do poder de compra de cerca de meio milhão de trabalhadores, contribuiu para a redução do mercado interno, e está a fazer com que um número crescente de empresas (principalmente as micros, pequenas e médias) estejam a enfrentar enormes dificuldades para poderem vender o produto das suas produções com todo o prejuízo e indefinição inerente á sua continuidade no mercado de trabalho. -----*

*--A obsessão doentia pelo défice reforçada actualmente com a aposta na política implementada do trabalho precário, sem direitos e desumano onde a população em geral e os jovens em particular não conseguem organizar as suas vidas, pois, infelizmente não sabem hoje se amanhã terão emprego, não sabem hoje se amanhã recebem salário, está a ter consequências extremamente negativas não só para os trabalhadores mas também para as populações, já que está a determinar a degradação*

dos serviços públicos, nomeadamente a saúde como é o caso do nosso concelho e a educação, que depois é utilizada pelos grupos económicos para defenderem a sua privatização, o que a concretizar-se, determinaria que só passaria a ter acesso aos serviços essenciais quem tivesse dinheiro, e esta, não é a política nem a saída que a CDU preconiza na Chamusca e no país para os trabalhadores, os reformados, as micros, médias e pequenas empresas ou seja, para os mais desfavorecidos. -----

--TERMINO SENHOR PRESIDENTE, REFORÇANDO A IDEIA QUE COM A APOSTA NA CONTINUIDADE DESTA POLÍTICA, SÓ PODEREMOS ESPERAR MAIS FALÊNCIAS, MAIS DESEMPREGO E MAIS ENCARGOS PARA A SEGURANÇA SOCIAL E PARA O ESTADO QUE SOMOS TODOS NÓS, E PORQUE ASSIM É, ESTAS SÃO PREOCUPAÇÕES LEGÍTIMAS QUE TEMOS E QUE NO NOSSO ENTENDER DEVERIAM MERECEER O APOIO E A DENÚNCIA TAMBÉM DA PARTE DESTE ORGÃO JUNTO DO PODER CENTRAL QUE É O ÚNICO RESPONSÁVEL PELAS POLÍTICAS INJUSTAS QUE ACABO DE EXPÔR.

--CHAMUSCA, 26.02.2010-----

--OS ELEITOS DA CDU"-----

O Senhor Deputado António Gaudêncio (PS), apresentou a seguinte Moção:-----

-----"MOÇÃO-----

--A bancada do Partido Socialista congratula-se com as posições assumidas pela Sr.<sup>a</sup> Governadora Civil do Distrito de Santarém, Dra. Sónia Sanfona, que de uma forma simples mas motivada, assumiu também ela as preocupações, da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia, nomeadamente com a saúde concelhia, no que toca à falta de médicos, o problema das acessibilidades com o adiamento da construção do IC3 e a construção da nova ponte sobre o rio Tejo.----

*--"Não obstante a compreensão da suspensão desta infra-estrutura, justificada pela situação orçamental do país, foi unânime que ela constitui uma necessidade absoluta, para o desenvolvimento económico da região".-----*

*--Comprometeu-se também a Senhora Governadora a estar atenta ao momento oportuno, para voltar a abordar esta nossa reivindicação legítima, ao sublinhar" como investimento prioritário" aquando da retoma dos investimentos públicos no distrito. "--*

*--Assumi também que o Eco Parque do Relvão é tanto para ela, como para nós, considerado como um "cluster" fundamental para um país que aposta na política ambiental, indo ao encontro das nossas já velhas conclusões. "-----*

*--A Senhora Deputada Maria Gourete Carrinho (BE) apresentou uma Moção/Recomendação sobre o Centenário da República, que se transcreve:-----*

*-----"MOÇÃO / RECOMENDAÇÃO-----*

*--Comemorações do Centenário da República-----*

*--Em 2010 comemoram-se os 100 anos da Implantação da República, assim torna-se um imperativo a celebração de tão decisiva efeméride. O centenário originará desejavelmente múltiplas formas de celebração, com origem nas mais diversas instituições.-----*

*--Procurando assegurar que tais iniciativas tenham um âmbito nacional e a necessária coordenação, foi criada a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, que elaborou o Programa, publicado no Diário da República de 27 de Março de 2009 (Resolução do Conselho de Ministros n.º28/2009), que assume os seguintes objectivos e linhas programáticas: -----*

*--Evocar a República e o Republicanismo, divulgando os seus ideais cívicos, as suas principais realizações e os seus grandes protagonistas;-----*

*--Promover a divulgação do conhecimento e aprofundar a investigação científica sobre a História da República e do republicanismo;-----*

*--Projectar para o futuro os ideais republicanos.-----*

*--O programa comemorativo visa, mobilizar um vasto leque de instituições e de actores, instâncias centrais, regionais e locais da Administração, centros de investigação e escolas, entidades empresariais, fundações, associações e outras entidades.-----*

*--Com a realização das diversas iniciativas previstas, espera-se conseguir uma valorização da cultura histórica e da consciência patrimonial; conferir uma especial atenção ao papel da escola enquanto vector da igualdade de oportunidades e espaço formativo prioritário; dar um contributo para o revigoramento das práticas cívicas e da aproximação entre os cidadãos e a política, e promover o reforço da identidade nacional.-----*

*--O Programa do Centenário está estruturado em 15 eixos programáticos dos quais se referem os 2º, 6º e 7º: República nas Escolas; República e Cidadania; e República nos Municípios; A presença dos Municípios Portugueses é essencial para as Comemorações do centenário. De facto, a celebração da República não pode ignorar um dos desígnios fundamentais do ideário republicano: o municipalismo, entendido como princípio constitutivo da descentralização administrativa.-----*

*--Procurando uma relação de proximidade com as populações, todos os Municípios são convidados a elaborar os seus próprios programas tendo, para o efeito, sido assinado um protocolo com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, definindo as principais linhas de acção e apresentando como prioridades a afirmação da importância da escola pública, intervenções urbanísticas destinadas a sublinhar a memória republicana, iniciativas no domínio da toponímia e ainda a criação de*

*Roteiros Republicanos; actividades, para as quais, será dado apoio técnico e financeiro.*-----

*--Face ao exposto e considerando:*-----

*--A importância de comemorarmos os factos relevantes que fazem parte da nossa memória histórica;*-----

*--A herança dos ideais da República continua hoje a inspirar a nossa vivência democrática;*-----

*--A Resolução aprovada em Conselho de Ministros, apresenta um Programa de Comemorações do Centenário da República;*-----

*--Tal programa considera essencial que os municípios se associem às comemorações, honrando, também desta forma um dos principais desígnios do seu ideário, que é o municipalismo, entendido como princípio constitutivo da descentralização administrativa;*-----

*--Os municípios são convidados a ter os seus próprios programas e que foi mesmo assinado um protocolo entre a Comissão Nacional das Comemorações do Centenário da Implantação da República e Associação Nacional dos Municípios Portugueses,---*

*--A Assembleia Municipal da Chamusca, reunida no dia 26 de Fevereiro de 2010, delibera recomendar à Câmara Municipal da Chamusca que:*-----

*--A Câmara Municipal da Chamusca promova um programa de Comemorações do Centenário da República, de harmonia com as temáticas sugeridas pela Comissão Nacional das Comemorações, que envolva toda a população, comunidade escolar e associativa*-----

*--Chamusca, 26 de Fevereiro de 2010*-----

*--A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda*-----

*--Maria Gourete Gonçalves Carrinho*"-----

*--Não havendo nada a acrescentar, procedeu-se à votação da **Moção /Recomendação** que foi **Aprovada** por unanimidade de presenças. -----*

*--Tendo em conta as palavras do Senhor Deputado José Braz, o Senhor Deputado Fernando Garrido referiu que o que vai apresentar nada tem haver com guerras políticas, nem com vontades de destabilizar, mas sim o ressalvar valores meramente democráticos de instituições democráticas, passando de imediato a ler:-----*

*--"**VOTO DE SOLIDARIEDADE COM A SRA. PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VALE DE CAVALOS**-----*

*--Na passada semana o Concelho da Chamusca presenciou na Freguesia de Vale de Cavalos um lamentável incidente em que um cidadão daquela Freguesia invadiu o edifício da Junta de Freguesia e agrediu a sua Presidente. -----*

*--Entende o grupo parlamentar do Partido Socialista que qualquer tipo de agressão é só por si, deplorável. -----*

*--Acredita que esta agressão foi praticada num edifício de um órgão de soberania sobre um titular de um cargo democraticamente eleito.-----*

*--Acredita ainda que se trata de uma agressão de um homem sobre uma mulher. -----*

*--Em democracia, não são toleráveis quaisquer actos de agressão envolvendo os eleitos autárquicos, sendo de condenar tais atitudes com veemência e frontalidade-----*

*--Durante anos Portugal viveu em ditadura e graças ao espírito democrático do povo português conquistou no dia 25 de Abril de 1974, um conjunto de direitos, liberdades e garantias que importa preservar e reforçar diariamente.-----*

*-- Também é esse o trabalho de todos nós que fomos eleitos. -----*

*--Desta forma, o grupo parlamentar do Parlamento do Partido Socialista propõe um voto de total solidariedade com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Vale de*

***Cavalos e repudia firmemente tão indigno acto, esperando que não se voltem a repetir casos destes.***-----

--Referindo o Senhor Deputado José Braz que de uma maneira geral condenam o exposto, nomeadamente as agressões físicas entre cidadãos, no entanto sobre o assunto não se pronunciam pois desconhecem-no inteiramente.-----

--Procedeu-se à votação que foi expressa por:-----

--Votos Contra: 1 (Um).-----

--Abstencões: 10 (dez) -------

--Votos a Favor: 10 (dez) -- (Restantes elementos).-----

--O Senhor Deputado António Gaudêncio (PS) disse: "***ter-se instalado alguma confusão uma vez que o que se está a condenar são princípios, e onde há princípios não é preciso haver conhecimento de factos.***"-----

--O Senhor Presidente da Mesa disse ao Senhor Deputado António Gaudêncio, uma vez que o assunto já foi votado não vai permitir mais discussões sobre o mesmo.-----

--Concordando o Senhor Deputado João Saramago (CDU) que é de todo correcto que não haja observações depois das votações.-----

--O Senhor Deputado João Cagarrinha (CDU) esclarece que sobre a situação do Regimento reuniram no dia dezasseis de Novembro, reunião onde foram discutidos e consensualizados alguns pormenores, no entanto havia uma posição do Senhor Deputado Rui Rufino que referia várias ilegalidades no regimento em vigor. Pelo que os restantes elementos, leigos na matéria, solicitaram ao Senhor Deputado que referisse as ilegitimidades do regimento, em vigor à uns anos, uma vez que o mesmo deu a entender que as tinha documentadas. De facto o Senhor Deputado comprometeu-se a apresentar uma nova proposta de regimento o que não veio a acontecer e se em concreto a

*elaborou, pede-lhe novamente hoje que a entregue, para que possa ser analisada pelos restantes elementos da comissão. -----*

***-----ORDEM DE TRABALHOS-----***

*--O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia propõe à Assembleia que o ponto quatro, seja alterado, uma vez que não é da competência desta Assembleia aprovar o Plano de Acção do C.P.C.J. propondo que este ponto seja substituído porque vai-se ter que eleger os cidadãos nomeados pela Assembleia Municipal para fazerem parte da C.P.C.J., em número de quatro. Neste momento há uma cidadã, a professora Fátima Silva que tem mais dois anos de mandato, sendo que têm que se eleger mais três pessoas, que são as seguintes propostas: Elisabete Gouveia, Fernando Vasco e Maria do Rosário Fernandes. Como estão nomes de pessoas a votação a mesma terá que ser feita de forma secreta.----*

*--O Senhor Deputado José Braz, propõe um intervalo de dez minutos para poderem analisar esta alteração ao ponto número quatro da Ordem de Trabalhos. -----*

*--Retomando os trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia apresentou a nova redacção do Ponto quatro da Ordem de Trabalhos:-----*

*--4 C.P.C.J. - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens - Nomeação dos Representantes da Assembleia Municipal à respectiva Comissão. Os nomes propostos são Elisabete Gouveia, Fernando Vasco e Maria do Rosário Fernandes.-----*

*--A Senhora Deputada Aurelina Rufino (PSD) propôs que se mantivesse a análise do relatório do C.P.C.J. alínea a) e alínea b) a nomeação dos cidadãos propostos a representantes do C.P.C.J.-----*

*--O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs esta proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade de presenças.-----*

***--1.Relatório de Actividades do Executivo Municipal Relativo aos meses de Janeiro e Fevereiro - Apreciação. -----***

*--Consultado o Senhor Presidente da Câmara não referiu nenhuma informação especial uma vez que a mesma consta da informação disponível e colocou-se, assim como os Senhores Vereadores, à disposição para eventuais questões.-----*

*--A Senhora Deputada Aurelina Rufino (PSD) usou da palavra pedindo um esclarecimento sobre o estudo da proposta global para o ano 2010 a apresentar às Juntas de Freguesia e questionou se está agendada alguma data para reunir. Referindo o tarifário social, pede que o mesmo seja analisado uma vez que o tarifário social apenas abrange as quotas de serviço e não os metros cúbicos de água e é um bocadinho redutor das situações dos idosos que têm reformas pequenas e que deviam ser contemplados também. -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que irá ser agendada uma reunião com a Câmara Municipal para fazer o balanço das reuniões com as Juntas de Freguesia e vai ser marcada posteriormente a essa uma reunião com as Juntas até quinze de Março. O Senhor Presidente da Câmara transmitiu a palavra ao Senhor Vice-Presidente para que o mesmo esclarecesse sobre os tarifários da água, que referiu terem sido sempre estes os tarifários só abrangendo as quotas de serviço, o outro tarifário social em relação ao agregado familiar é que permite o alargamento de escalões consoante a dimensão do agregado familiar. Relativamente ao tarifário social abrangerem todos os consumidores e não apenas os reformados, também acaba por ser uma vantagem alargada a qualquer outro cidadão com base nas regras estabelecidas. Referiu que o que está aqui são os pontos de situação e o que está a funcionar, alterações só mediante propostas que os municípios possam fazer, no caso da Assembleia, ou de uma Junta de Freguesia podem fazer chegar essa recomendação à Câmara que poderá debater o assunto com as Águas do Ribatejo.-----*

*--O Senhor Presidente da Câmara pediu para acrescentar que em relação a estas duas questões a Câmara Municipal vai agendar reuniões de trabalho e depois destas manifestações de desagrado, vão ter que apreciar este assunto em particular, e chegar a um documento que possa ser analisado obviamente dentro destas condicionantes. Informou também que estão prontos os cadernos de encargos e programas de concurso para a requalificação das três ETARES, ETAR da Chamusca, ETAR de Ulme e ETAR de Vale de Cavalos, os concursos vão ser lançados a muito curto prazo. A obra dos esgotos do Chouto e da Parreira vai começar a curto prazo. Em relação aos esgotos do Pinheiro Grande a obra da ETAR tem estado a decorrer normalmente. Esclareceu ainda que por serem muito importantes, estes três dossiers, Juntas de Freguesia, Saúde e Águas do Ribatejo vão ser a muito curto prazo objecto de análise pela Câmara Municipal. -----*

*--O Senhor Vice-Presidente pediu a palavra para clarificar o dossier da saúde, disse conforme transcrição: " A Assembleia, e muito bem, das diversas bancadas, referiram-se a este problema a interlocutores neste processo, porque às vezes pode haver aqui alguma confusão, e temos uma plateia a assistir; porque a reunião é pública, temos a comunicação social e os interlocutores neste processo são bastante claros, não é um conjunto alargado, podia ficar essa ideia, nós somos só parceiros, isto tem a ver com o Ministério da Saúde e foi a ACES que é a organização que gere a saúde, os Centos de Saúde na região que colocou o assunto à Câmara Municipal. Não foi um assunto que aconteceu, é uma questão que tem esta entidade. O que a Câmara Municipal por solicitação da ACES se disponibilizou desde a primeira hora foi a sermos parceiros na análise deste assunto e tomamos algumas decisões, nomeadamente se não havia condições técnicas, que havia um edifício aqui na vila que é do próprio Estado e que a ACES está a estudar para instalar serviços dessa natureza. Os outros interlocutores, já houve uma reunião com as Juntas de Freguesia, não houve com a Assembleia*

*Municipal e é por isto que eu estou a fazer este parêntesis, não é por menos atenção aos membros da Assembleia Municipal, mas visto que as Juntas de Freguesia são as entidades de maior proximidade e também estão representadas na Assembleia Municipal, que analisamos e foi feita uma proposta concreta que desequilibrava o tipo de serviço de proximidade que hoje existe em instalações que o município construiu praticamente à sua custa. Depois destas análises, é que nós vamos de forma construtiva, desde que se defenda os interesses da população. Isto é um assunto do Ministério da Saúde e nós Câmara e Juntas de Freguesia estamos a tentar ver como é que a aplicação deste modelo, ou de outro, de uma forma mais correcta e que não haja percas para o Município, ou seja, não é um conjunto de parceiros geral, é uma questão do Ministério da Saúde, nós só seremos parceiros na discussão. O Ministério da Saúde é que é o responsável por este processo.” -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Aurelina Rufino (PSD que referiu que quando a Câmara Municipal tinha a gestão da água, as pessoas que queriam pôr os contadores na rua eram ajudadas pela Câmara Municipal pergunta agora se esta medida continua com as Águas do Ribatejo ou se existe outra forma de resolver o problema. -----*

*--Usando da palavra o Senhor Vice-Presidente esclareceu que desde que a responsabilidade seja do Município, ou quando houver situações especiais será o Município a intervir, quando forem situações de habitação de particulares as pessoas terão que tratar elas da mudança do contador, será da responsabilidade de cada um. ----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado António Nunes (PS) que chamou a atenção para a listagem de não cobrados de águas, quando a mesma era explorada pelo Município, referindo que não está completa, falta listagem uma localidade e apresenta erros de duplicação de nomes e de importâncias. -----*

*--Esclarecendo o Senhor Vice-Presidente que o exemplar que saiu dos serviços não tinha duplicações, pode ter sido um problema administrativo em termos de reprografia.-----*

*--2.Ponto de Situação da Câmara Municipal - Apreciação. -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente esclareceu que este ponto acabou por ser englobado nos esclarecimentos do ponto anterior.-----*

*--Concedida a palavra ao Senhor Deputado José Braz (CDU) este considera que as situações do problema das águas estão a ficar remediadas, que deixou de haver tantas reclamações e os serviços estão a ficar normalizados mas, faz um alerta com base no relatório, com o fim das estimativas e a contagem em tempo real e a apresentação das facturas, as facturas estão a chegar muito perto umas das outras, focando que no mesmo mês chegaram duas facturas. Questão a colocar pois para quem tem uma reforma pequena é complicado e as pessoas ficam assustadas.-----*

*--Informou então o Senhor Vice-Presidente que as pessoas podem solicitar nos serviços para pagar em prestações. -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Aurelina Rufino (PSD) que referiu que dos documentos que foram lidos sobre a saúde pode parecer que a Junta de Freguesia da Chamusca está muito beneficiada em relação à saúde, e que vai ficar calada e parada porque está bem servida e que todos os outros vão ficar mal, no entanto a Chamusca não pensa dessa maneira, está na mesma luta e votará favoravelmente. Num concelho como o nosso com a disparidade de pessoas e de localidades, com as dificuldades económicas de uma população envelhecida e debilitada de meios e com reformas pequeníssimas, pelo que Chamusca está parceira e activa em tudo o que for considerado de bom para o concelho. Não está à parte, está dentro, também por isso há na Chamusca uma Associação de Utentes que se mantém viva e que*

*tem pessoas de quase todas as freguesias, pelo que acham que essa vitalidade se mantém na defesa dos interesses da população do concelho da Chamusca. Refere não entender quanto à Chamusca que tendo extensões de saúde novas e equipadas há pouco tempo e com muito dinheiro gasto que se possam fechar as portas e deixar as pessoas completamente desprotegidas. Reconhece que a grande dificuldade em arranjar médicos é a mais importante, mas salienta que não podemos deixar de manifestar a nossa solidariedade com todo o concelho e com as populações por inteiro. -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou sobre a Unidade de Cuidados Continuados: " espera-se confiadamente que durante o mês de Março a Unidade de Cuidados Continuados comece a receber os primeiros utentes. Está prevista uma vistoria dos vários serviços que estão envolvidos naquele processo, uma vistoria final. O processo teve necessidade de sofrer uma alteração de construção civil na área da fisioterapia, a Misericórdia tem os técnicos já a trabalhar acerca de três meses naquela Unidade, e este atraso, é evidente que teve a ver com algumas dificuldades de coordenação de algumas entidades entre si, tendo em conta que a Misericórdia por um lado é a dona da obra, o Ministério da Solidariedade Social é um dos parceiros, o Ministério da Saúde é outro parceiro e a unidade de missão dos cuidados continuados é outra entidade e estas entidades todas têm serviços próprios, todas tem pessoas, e é preciso coordenar agenda. Isto só para dizer, porque há pessoas que se interrogam porque é que ainda não arrancou, a Misericórdia é a última interessada que não tenha arrancado até agora porque para já está a fazer o pagamento aos técnicos que estão contratados e que são muitos, tem estado em formação e espera-se a todo o momento que as coisas arranquem conforme estava previsto e de uma forma faseada. " -----*

***--3 Proposta de Manutenção de Algumas Medidas de Apoio/ crise 2009/2010 – Análise e Aprovação. -----***

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que infelizmente as situações que se verificaram em 2008 e 2009, não são de molde a pensarmos que está tudo a correr no melhor dos mundos, e portanto a Câmara Municipal manifestou e aprovou um documento em que mantém algumas medidas de apoio que tinha decidido e que funcionaram durante estes dois anos. salientou que se vivemos num concelho com dificuldades e devemos ser solidários quando há dificuldades. Consequentemente que estas reduções que são boas para as empresas fazem falta nas receitas do Município, diminuem algumas receitas, mas considera que são adequadas e que se devem manter; é essa a proposta feita, aprovada na Câmara Municipal e que está a ser aplicada por se considerar que todas tem justificação.-----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado José Braz (CDU) que referiu, indo ao encontro das palavras do Senhor Presidente, que já no ano anterior foram aprovadas aqui estas medidas que são fundamentais, considera que as autarquias desempenham um papel muito importante e substituem-se ao Governo nas políticas de emprego, "são **almofadas sociais**" para as pequenas empresas que laboram no concelho, mesmo que tenham só um ou dois empregados, isso é muito representativo, com as dificuldades que temos de emprego, com algumas empresas na região a fecharem e como tal foram tomadas algumas medidas já aqui aprovámos, em relação à derrama, ao IMI, etc., e que são fundamentais para ajudar a suportar o período negro que se vive.*

*--O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado António Nunes (PS) que informou que a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente este ponto e partindo do princípio que toda a gente o fará expressa a sua satisfação, apesar das divergências, nesta situação de crise, pelo menos aqui no*

*município, todos puxam para o mesmo lado, o que infelizmente não se reflecte a nível nacional.*-----

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Aurelina Rufino (PSD) que considerando que estão todos de acordo e votam favoravelmente e uma vez que a crise é enorme, contrariamente ao que algumas pessoas pensam 2010 vai ser pior que 2008 e 2009, no entanto esta questão das novas taxas, segundo a legislação é muito onerosa para toda a gente, pelo que gostaria de saber se há alguma perspectiva de conversações sobre isto, uma vez que as Juntas de Freguesia também vão colocar as suas taxas, e se vão cumprir a legislação e ficar com taxas que vão subir 800% e 1000%.*-----

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu, politicamente, que a aplicação das novas taxas é uma directiva da comunidade, o governo suspendeu a entrada em vigor dessa directiva mas há indicação de que este ano têm que ser incluídas. Se tivermos que incluir nas tabelas de taxas, o que elas efectivamente custam, os custos efectivos dos levantamentos dessas taxas são muito elevados, por elevadíssimas razões, porque vai aos custos dos circuitos dos papéis. Salienta que terá que haver sempre um mecanismo de defesa, e a Câmara Municipal está disponível se tiver que se aplicar as taxas, por exemplo: o governo definiu há pouco tempo a taxa para a água do Alqueva, mas disse que o preço é aquele e a subida, durante dez anos é progressiva até atingir o valor, também nas taxas a autonomia permite que se possa ter uma taxa de mil a aumentar mil mas só cobrar 0,01% para que não seja grandiosa para os que a pagam.*-----

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente que referiu: "duas questões, uma é do ponto de vista político, e nós só podemos decidir do ponto de vista político porque o processo da aplicação a nível nacional desta medida junto dos*

*municípios até 30 de Abril, a última comunicação é até 30 de Abril e se a mesma se mantiver esta Assembleia terá que reunir de forma extraordinária antes desse prazo, relativamente aos critérios que existem são os critérios da sustentabilidade dos serviços, é um modelo a nível nacional, bastante rigoroso e só existe um instrumento de equilíbrio que a Câmara pode utilizar e que já está nesse estudo, mas que não pode ficar abaixo do valor do custo real, podemos ter uma taxa de 100, mas se valer 50, só podemos legalmente baixá-la até aos 50, não se pode baixar mais. A lei é imperativa, não pode ser. O Município, a Assembleia, pode tomar uma medida, que é política, mas quando se for discutir esse pormenor é que se deve colocar essa questão. Nessas medidas que estão aí, está uma medida política que é manter o máximo de 4€ face à questão do consumo de água e o reflexo na taxa do lixo, porque o valor não é este, porque o valor que cada um teria que pagar seria muito superior, mais do dobro, consumindo ou não consumindo água para que o sistema fosse equilibrado. Nas taxas é a mesma coisa, o que vai acontecer é que se queremos enfrentar os cidadãos nas suas dificuldades e ajudá-los teremos que tomar uma medida puramente política porque as regras dos Estado são para se cumprirem e é o que nós iremos deliberar aqui e se quisermos alterar essa nossa deliberação o ponto 2 é dizer que é só 50% ou 10%, é a única saída que nós temos, é uma situação inevitável, a não ser que haja uma alteração qualquer do Governo. " -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs o Ponto número três à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----*

*--4. C.P.C.J. – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens-----*

*--a) Análise de Relatório 2009/2010. -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado José Braz (CDU) que referiu que: "o relatório reflecte também as consequências da situação económica que*

*as famílias vivem, os problemas de desemprego, os problemas sociais, os problemas que as famílias estão a atravessar repercute-se no ambiente familiar e nos problemas dos jovens. As situações são cada vez mais difíceis e esta entidade desenvolve um trabalho muito importante, de identificação, de auscultação, de investigação, muito importante no apoio quer à escola, quer às famílias, quer à comunidade em geral. É um trabalho muito difícil, árduo, têm que se tomar medidas às vezes muito complicadas, retirar as crianças às famílias porque estas, muitas vezes são maltratadas, não usufruem dos direitos que as crianças tem, má alimentação, problemas de saúde, maus tratos, etc. e isso reflecte-se no desenvolvimento delas enquanto pessoas. O trabalho destas pessoas é um trabalho silencioso, é um trabalho que não se vê, as pessoas que trabalham no CPCJ e dos parceiros que cooperam com esta entidade é um trabalho que as pessoas não vêem, e às vezes não se dá valor ao que não se vê, mas quem está como nós, por dentro destas situações e que recebe estes relatórios, tem obrigação de esclarecer, de denunciar, de aplaudir e de valorizar o trabalho das pessoas que trabalham nesta área, porque é muito importante e num concelho como o nosso com muitas carências, com muitos problemas, há mais situações do que as pessoas pensam, as pessoas só conhecem a área geográfica em que vivem, em que trabalham, mas o concelho é muito extenso, temos sete freguesias, com graves problemas, como toda a gente sabe e o relatório da CPCJ relata isso, um conjunto de acções, um conjunto de parceiros, um conjunto de actividades que são desenvolvidas, muito meritório. Também recebemos o Plano de Acção para 2010 onde estão os objectivos gerais e específicos, onde se pode ver aquilo que de uma forma simples como referi, portanto a análise é extremamente positiva, valorizar o trabalho destas pessoas e se através do Presidente da Assembleia se fizer chegar que a Assembleia reconhece o trabalho que estas pessoas desenvolvem, são pessoas de diversas áreas, professores, psicólogos, médicos, etc. essas pessoas tem*

***que ser acarinhadas porque é muito difícil o trabalho que elas desenvolvem, as medidas que às vezes tem que tomar é muito difícil."***-----

***--O Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Aurelina Rufino (PSD) subscreve integralmente o que o Senhor Deputado José Braz disse sobre as actividades que estão relatadas quer no balanço de 2009 quer as previstas para 2010, mas refere a reunião com o conselho directivo do AVEJIC, que teve lugar no centro de empresas, e com a comissão municipal da educação e onde foi tratada a situação do centro escolar, como surgiram algumas dúvidas no que toca à capacidade do centro escolar, questiona se a tipologia indicada é a que está aconselhada para o nosso concelho ou se foi imposta pelo Ministério ou pela DREL, devido ao número de salas que foram previstas para o 1º ciclo e que neste momento já estão preenchidas pelo 1º ciclo, ou se prevêem construir mais dois centros escolares uma vez que este fica com a sua capacidade esgotada. Refere ainda as Comissões sociais de freguesia, uma vez que as juntas já reuniram e o processo está encerrado. Esclarece ainda que cada freguesia vai fazer a sua própria comissão social de freguesia, à excepção do Pinheiro Grande e Carregueira que juntos irão fazer a própria comissão social de freguesia.***-----

***--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente que disse: "foi bom colocarem esta questão dos Centros Escolares porque há coisas que acontecem no concelho da Chamusca que até parece que foi o executivo municipal que inventou, vai ser inaugurada a biblioteca municipal que cumpriu rigorosamente o caderno de encargos que é imposto pelo Ministério da Cultura, quando se inaugurou o pavilhão ginnodesportivo a lotação era de 600 lugares, era o modelo que foi estudado para estas coisas por técnicos, em relação ao Centro Escolar existe um programa nacional para estes processos, para o número de salas, o processo que vai ser aplicado não é um centro escolar para o concelho da Chamusca, não pretende este centro escolar***

*absorver todas as escolas do primeiro ciclo e todos os jardins-de-infância de todas as freguesias, não é para esse efeito, o que tem a ver com a política que o Governo está a aplicar é encontrar formas de concentrar meios de qualidade tendo em conta que está a haver redução de população em certas áreas, como é o nosso caso, infelizmente. Já para vossa análise e de todos o ano passado só nasceram setenta e quatro crianças no concelho da Chamusca, é muito pouco, nem à barreira dos cem chegamos. Portanto há aqui várias questões que foram estudadas nesse âmbito, relativamente ao caso particular da vila da Chamusca não há salas a menos, o que acontece hoje, é que para se dar mais qualidade de trabalho à escola e aos alunos, e felizmente temos mais meninos no jardim-de-infância, há duas salas da escola do primeiro ciclo que estão ocupadas com coisas que não são salas de aula, há uma sala de jardim-de-infância que está onde devia ser uma sala de aulas e há a biblioteca escolar que está a ocupar uma sala de aulas e há ainda outros serviços que está a ocupar uma sala de aulas, e por isso é que estão os alunos do quarto ano do 1º ciclo da Chamusca integrados em salas de aulas na EB23 e tem sido uma experiência bastante interessante. Resumindo e concluindo nós estamos a cumprir o caderno de encargos do Ministério da Educação fase ao número e às projecções que eles próprios têm e os passos que foram dados foram os seguintes, houve um concurso de ideias, acompanhado sempre pela escola e pelos responsáveis da escola, em que houve vários concorrentes e houve uma empresa que ganhou a possibilidade de fazer o projecto prévio. Neste momento foi assinado o contrato são sessenta e cinco mil euros, é a proposta mais vantajosa do ponto de vista para o projecto técnico, a execução custará à volta de quase dois milhões de euros, é um grande esforço que nós vamos ter que fazer porque só será participado a setenta e cinco por cento. Neste momento estão a ser carregados os dados para a Direcção Regional de Educação, vai verificar se nós estamos a cumprir os parâmetros*

*que o Ministério de Educação exige nesta fase e daqui a vinte dias, mais ou menos, que é o cronograma deste processo a empresa projectista vai ter que entregar o projecto prévio que também será submetido ao parecer da DREL que poderá fazer ajustes ou não face de facto a toda esta panorâmica. Ou seja, nós somos o dono da obra, mas sujeitos a estas regras que não somos nós que inventamos, e não procura este Centro Escolar dar resposta a todo o concelho, aliás no nosso planeamento da Câmara Municipal está a possibilidade, pode não ser com esta dimensão, de um Centro da zona Norte, na zona Sul que é uma zona bastante dispersa e por isso nós sentimos a questão da saúde como um problema paralelo, a perspectiva é de manutenção dos espaços tendo em conta a distância. Os espaços só serão encerrados e esta é a postura da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, não sei se será doutras, mas desta tem sido correcção independentemente dos Governos que atravessou foi sempre esta a postura, e a Câmara Municipal teve uma recente visita do Senhor Director Regional, veio aqui visitar a escola porque gostou do nosso projecto e queria saber como é que se interligava com aquela escola, porque aquela escola EB23 precisa também de obras e estamos a tentar estudar com a DREL, como é que o Ministério de Educação pode ajudar nessas obras porque o edifício é do Ministério da Educação, assim como o pavilhão, embora nós tenhamos participado a obra e estamos a pagar até 2014, a ideia é que quando estiver construído o Centro Escolar, aquele polígono, hoje chama-se campos educativos, aquelas escolas todas estejam todas em boas condições para os nossos alunos poderem fazer o melhor possível pelo amanhã. Este é o modelo e é assim que estamos a ir devagarinho neste processo. "*-----

*--A Senhora Deputada Aurelina Rufino disse que bastaria o Senhor Vice-Presidente dizer se o Centro Escolar obedecia a uma tipologia, que perceberia. -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado João Saramago (CDU) que referiu: "Que o Senhor Presidente ficou surpreendido com a intervenção da Senhora Deputada Aurelina, em relação àquilo que substancia a Actividade do CPCJ, não temos que nos surpreender, porque de facto são pessoas que estão aqui à pouco tempo e naturalmente vão tendo tempo e espaço para perceber que é naturalmente assim e é uma das funções da CPCJ é estar efectivamente ligada à questão da educação exactamente na protecção das crianças e jovens e esperamos, penso que é o Senhor Vereador João Lourenço que está nessa área, esperamos ter a oportunidade, e aqui fica o meu desafio ao João, que nos possa enriquecer no futuro com a exaustão dos trabalhos desenvolvidos pela CPCJ na área da educação. Contrariamente ao que disse a Senhora Deputada que bastaria o Senhor Vereador Matias dizer que aquilo obedecia a um procedimento que ela perceberia, penso que é de todo em todo enriquecedor para nós próprios ouvir as pessoas que tem como transmitir este tipo de informação e desenvolvimento porque de facto as coisas são assim mesmo. Se nós não tivermos a disponibilidade para ouvir com alguma exaustão aquilo que é explicado mesmo que se recomende que sejamos breves, é pena, por conseguinte. Para o João Lourenço eu desejo que ele prepare um trabalho de acompanhamento e informativo como estávamos habituados a acontecer, porque é uma área enriquecedora, um trabalho como dizia o José Braz, silencioso mas de importância fundamental." -----*

*--b) Nomeação dos Cidadãos Propostos a representantes do C.P.C.J. - Elisabete Gouveia, Fernando Vasco e Maria do Rosário Fernandes.-----*

*--O Senhor Presidente da Mesa pôs a alínea b) do ponto quatro à votação, tendo tido **Aprovado** por unanimidade de presenças. -----*

***--5. D.T.O.U.A. - PDM: Alteração do Plano Director Municipal por Adaptação ao PROTOVT - Análise e Aprovação. -----***

***--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: "entrou em vigor o Plano Regional de Ordenamento do Território que define regras que não constavam do nosso PDM, como não constavam dos PDM'S, no nosso caso concreto são as situações que tem a ver com os projectos de turismo e tem a ver também com a construção em RAN em fracções que não sejam inferiores a quatro hectares, isto tem causado vários embaraços, nomeadamente na zona do Oeste (Torres Vedras), onde existem muitas pequenas propriedades de solos agrícolas, aqui não temos muito esse problema e portanto estas duas alterações, vêm à Assembleia Municipal e foram à Câmara Municipal por razões formais. Não tem discussão, tem que ser. É uma imposição do próprio Plano Regional do Ordenamento do Território a sua inclusão no nosso PDM, daí que para além disto esta deliberação terá que ser feita por minuta e é remetida a decisão para a Direcção Regional do Ordenamento do Território para arquivo. É um aspecto meramente formal. Não quer dizer que esta introdução no PDM em vigor que não tenha algumas dificuldades para projectos que eventualmente venham a acontecer dentro desta realidade. De qualquer maneira a Câmara não deixará se forem projectos meramente úteis ao concelho de fazer todos os esforços e mais os que forem necessários para que qualquer projecto que seja de interesse para o concelho seja essa em última análise a fundamentação da decisão que a Câmara venha a tomar, isso é um aspecto posterior poderá haver situações desse tipo, não tem sido aceites as reclamações do Oeste, é provável que venham a ser, se virem a ser é natural que haja uma alteração ao PROTOVT e os outros PDM'S também terão direito a essa alteração e portanto é uma questão meramente formal e a Assembleia terá que aprovar." -----***

*--O Senhor Presidente da Mesa colocou o ponto cinco à votação, tendo sido **Aprovado** por unanimidade de presenças e por minuta. -----*

*--Assim: “Após apreciação do referido ponto a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade de presenças, a Alteração do Plano Director Municipal por Adaptação ao PROTOVT”.-----*

*--6. Protocolo SISAV/Câmara Municipal de Chamusca – Análise e Ratificação. -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: "a SISAV fez um pedido de clarificação do processo, que nós aprovamos com alguma facilidade, não por falta de atenção ao assunto, mas a Câmara Municipal é simultaneamente membro da Administração da SISAV e da ECODEAL, portanto nós conhecemos os procedimentos dos dois lados, ou seja o que são interesses da Câmara e o que é interesses do projecto. Isto quer dizer que efectivamente a SISAV o protocolo foi assinado genericamente para uma determinada situação, simplesmente a SISAV tem mais do que uma empresa. O que está em causa é do valor total, do protocolo dos 2,5% sobre a facturação não conste; os transportes entre Estarreja e Chamusca, não constem os pareceres técnicos que a SISAV tem que dar em função de trabalhos que tem que fazer; os combustíveis, os combustíveis não são resíduos. Os combustíveis entram como resíduos e depois são separados e o produto final é vendido a um preço de combustível e não de resíduo. Nestas condições, efectivamente o espírito do protocolo e aquilo que nós entendíamos era esse, a Câmara Municipal tem neste aspecto dois papéis que é defender os interesses do município e evidente que não pode fazer tábua rasa dos interesses da empresa dos quais também é accionista e que aliás são justas nas questões que aí estão. Como vêem o valor global da facturação do ano de 2009 são cerca de nove milhões e setecentos mil euros e estes valores são cerca de dois milhões e setecentos mil euros, ou seja os dois e meio por cento da facturação*

*incidirão sobre cerca de sete milhões. Valor semelhante ao que a outra empresa também facturou. As Assembleias Gerais vão decorrer; uma dia sete de Março que é da ECODEAL e no dia vinte cinco de Março da SISAV. A Assembleia Municipal irá ter acesso, depois dessas reuniões ao documento final do exercício de dois mil e nove e uma vez que a Câmara Municipal é accionista esses documentos irão à Câmara Municipal com toda a informação detalhada como serão remetidos à Assembleia Municipal. O processo para nós é claro, não tem qualquer dívida, percebemos perfeitamente essa questão, até porque a empresa trabalhando em vários níveis, com várias empresas em várias áreas é evidente que nalguns casos ficaria prejudicada, porque os 2,5% serão afectados ao custo das operações e nalguns casos estaria em desvantagem ou em desigualdade com outros concorrentes e isso é incorrecto porque surgia em prejuízo efectivo da própria sociedade. Não há nenhuma alteração do protocolo há é uma clarificação dos procedimentos do protocolo nesta área específica."*-----

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Fernando Garrido (PS) que disse ter gostado de ouvir os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara e que gostou ainda mais do documento entregue à própria da hora e que o mesmo lhe tirou muitas dúvidas, se o documento tem chegado mais cedo de certo as dúvidas que tinha também elas se teriam dissipado. Disse ainda que o grupo parlamentar do Partido Socialista iria votar a favor mas: "estando nós a falar em empresas e esta empresa sabia quando fez o negócio com a Câmara Municipal que estava sujeita a uma taxa, chamemos-lhe assim, de dois e meio por cento, como tal quando adquiriu outra empresa sabia, nessa altura que iria ser prejudicada não clarificando, eu penso que esta situação que nos é pedida agora devia ter sido pedida na altura, porque os gestores dessa empresa sabiam que ao comprar a outra empresa, a aumentar o volume de*

*negócios, iam aumentar e iam trazer problemas para eles que podiam ter sido clarificados logo nessa altura. Como o Senhor Presidente disse e nos esclareceu que está no conselho de Administração, logo estamos completamente à vontade, mas queremos também deixar claro que gostaríamos de ao longo e algumas sessões ir acompanhando esta situação e sermos esclarecidos pontualmente, não é duvidando de nada, mas é para também ao fim e ao cabo termos conhecimento porque somos a favor do Parque Eco, estamos de mãos dadas com toda a equipa para essa situação, mas lamentamos que o gestor não tenha tido olhos, na altura quando comprou a outra empresa, porque era nessa altura que isto devia ter vindo a sessão de Câmara e não agora". -----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu: "sobre a complexidade que há nestas questões que não tem a ver com a falta de desatenção. Quando a Câmara impôs o protocolo que é prémio de instalação, 2,5% da facturação e 2,5% do capital, foi tudo anterior à constituição da sociedade definitiva. Neste caso havia um operador a trabalhar em Leiria, foi desactivado, todo esse processo foi transferido para a Chamusca, a empresa tinha um processo de uma estação de recepção de resíduos de diverso tipo e alguns resíduos perigosos que de Estarreja vem para a Chamusca e se a empresa quisesse fugir aos dois e meio por cento podia mandá-los para o exterior. Há uma outra empresa também que opera nessa área e daí esse processo se ter qualificado. Percebi que deveria ter havido mais atenção, mas queria dar mais informação onde estas situações não são definitivas, esta situação começou-se a colocar, por exemplo quando foi necessário concorrer a vários concursos e se verificou que uma coisa que eventualmente não tinha sido analisada com atenção constituía um ónus e a empresa podia ficar prejudicada por esta taxa de dois e meio por cento e aqui trabalha-se com volumes naturalmente importantes de*

*negócio. Há outras situações que não estão definitivamente acabadas por exemplo a questão deste protocolo e das transferências que são feitas dos dois e meio por cento, por exemplo, que nós contabilizamos como donativos de apoio para a construção do Lar da Terceira Idade da Carregueira, ainda hoje não está claro, e já houve um conflito com o anterior operador concretamente a RIBTEJO, que é por exemplo as Finanças entendem que deve ser aplicado o IVA e nós entendemos que não, não por não querermos beneficiar o Estado mas porque esse dinheiro se destina a uma intervenção na área social, e até hoje isso não está definitivo. Como por exemplo não ficou nesse protocolo e no protocolo da ECODEAL expressamente como está no da RIBTEJO que essas receitas seriam aplicadas na área social, e portanto um destes dias há-de vir também à Câmara Municipal, para clarificar isso por causa das Inspeções de Finanças de que esses fundos são para aplicar expressamente nessa área fazendo uma clarificação ao protocolo. Nada disto decorreu de falta de atenção deliberada, decorreu de alguma complexidade destas questões. Por outro lado nestes dois casos concretos, estamos perante dois investimentos curtíssimos, cerca de quatro milhões de contos, portanto estes projectos foram obviamente feitos com Project Finance, são projectos auditados ao milímetro, nomeadamente na sua conta de gerência. Este ano provavelmente a SISAV apresentará prejuízos tem a ver com o holograma de exploração e um processo de investimento que tinha e naturalmente com a própria quebra de recepção de resíduos nalguns casos derivados da Lei Off, empresas que fecharam e de empresas que estão a reter alguns resíduos porque efectivamente as taxas de utilização são bastante caras e são empresas, não é por sermos membros do conselho de administração, a contabilidade destas empresas, os processos são muito sofisticados, com a crise por exemplo os spreads já foram nalguns casos renegociados e a empresa precisa de ter aquilo ao décimo de milímetro para que não haja nenhuma*

*difficuldade, isto não é para justificar se a empresa devia ter sido assim ou assado, é para dizer que eu próprio, neste processo entendo que estas questões de clarificação decorrem, por um lado da complexidade dos processos da sua especificidade, mas que as relações são claras e não detectei em nenhuma situação nenhuma atitude incorrecta. Outro exemplo, quando nós assinamos o contrato com a RIBTEJO, fizemos um protocolo e definimos uma taxa de cinco euros por tonelada para a Câmara Municipal, depois desse negócio, depois desse acordo o Estado veio criar taxas para resíduos industriais, resíduos sólidos urbanos, que a Câmara tem de pagar; aliás os munícipes, como nós não cobramos a taxa, é a Câmara que paga ao Ministério do Ambiente, para os resíduos industriais banais é o próprio Ministério do Ambiente ou a APA que cobra os cinco euros e de repente o nosso protocolo que tínhamos assinado, tivemos que o transformar em dois e meio por cento da facturação por analogia com este. Porque se a empresa tivesse que pagar os cinco euros à Câmara por tonelada e mais os cinco euros para o Ministério do Ambiente não podia concorrer em lado nenhum e portanto fecharia. Isto não foi uma atitude deliberada de má fé, foi uma alteração de circunstâncias imprevisíveis na altura mas que se vieram a verificar reais. É evidente com essa empresa haverá um destes dias uma reunião de trabalho para ver duas coisas ponto de situação em relação ao aterro, eventual ampliação e reapreciação do protocolo. Isto para dizer, não é para desculpar rigorosamente nada, mas é para dizer que, estas questões, eu normalmente tenho alguma dificuldade de partir, a priori, de que alguém encontrou aqui alguma forma de burlar. As nossas relações com essas empresas têm sido baseadas numa total e recíproca confiança e não tenho nenhuma razão até agora para pensar que isso foi diferente. Também não foi isso que foi afirmado, mas queria deixar isso aqui muito claro, publicamente assumido, como*

*presidente da Câmara e como representante da Câmara na Administração da empresa "-----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Rui Rufino (PSD) que colocou a seguinte questão: " dos cinquenta mil euros, que aqui estamos a discutir a Câmara abrir ou não não de cinquenta mil euros, grosso modo, se a empresa em si já não tem esse resultado porque está instalada na Chamusca, não só agora, mas a longo prazo, em sede de IRC, devido à interioridade e não em Estarreja onde estava a ser facturado agora e ao facto, em termos de derrama também está isenta, em termos futuros, em termos de sede de IRC, a empresa SISAV ao estar a desviar parte da facturação para uma empresa em que a sede da empresa está no concelho da Chamusca, vai buscar o diferencial dos cinquenta mil euros que a Câmara neste momento está a abrir mão. "-----*

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que conclui: " que em relação ao concelho da Chamusca as empresas, se fosse assim, aliás a própria lei das interioridades têm lá uma cláusula que não permite que as empresas se instalem num concelho se não tiverem lá a maior parte da sua actividade económica, porque porque de repente podíamos funcionar como uma P.O.box, toda a gente tinha aqui uma caixa de correio e pagava aqui quinze por cento de IRC. Esta empresa e a ECODEAL, o que tem é, no período de concretização do projecto se não tiverem lucro, é evidente que não pagarão IRC, nem pagarão derrama, não é por estarem aqui é porque estão numa fase de investimento. Estou a alertar isso, a empresa no caso concreto da SISAV, provavelmente o prejuízo, do ponto de vista das suas contas finais, não será esse. A empresa fez isso sem qualquer atitude de má fé mas porque é necessário para o bom funcionamento do seu negócio, nos vários sítios que estão a funcionar. "-----*

*--O Senhor Presidente da Mesa colocou o ponto número seis à votação, tendo sido **Aprovado** por maioria de presenças, com vinte e um votos favoráveis da CDU, PS, PSD e Bloco de Esquerda e uma abstenção do Deputado Rui Rufino (PSD) e por minuta. -----*

*--Assim: **“A Assembleia Municipal analisou e Aprovou, por maioria de presenças com uma abstenção e em minuta, para efeitos imediatos, o referido Protocolo entre a Câmara Municipal de Channusca e a Empresa / Agrupamento SISAV.”-----***

***--7. RESITEJO – Construção da Central de Valorização Orgânica / Contratação de Financiamento Bancário - Análise e Ratificação. -----***

*--O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que para a concretização deste investimento é necessário recorrer a um financiamento de dezassete milhões e quinhentos mil euros e as dez Câmaras Municipais são associadas da Resitejo e cada uma tem dez por cento do capital social e nenhum dos municípios está em condições de poder ter cortes no seu acesso ao crédito por causa da capacidade de endividamento, porque todos os municípios estão apertadíssimos e inclusivamente tem projectos no quadro comunitário e no QREN e precisão de ir ao crédito para completar os vinte cinco por cento ou os trinta por cento desse investimento e o que foi proposto e aceite pela Assembleia Geral da Resitejo foi pedir ao ministro para dispensar que isso conte para o endividamento dos municípios tendo em conta que é um projecto que é feito com fundos do fundo de coesão e do quadro comunitário. Se o ministro fizer a dispensa que isto não conte para o endividamento o investimento avança se o ministro não o fizer, ou se houver alguma Câmara que diga que não quer participar o processo não avança.-----*

*--O Senhor Presidente da Mesa pôs o ponto número sete à votação, tendo sido **Aprovado** por unanimidade e em minuta.-----*

*--Assim: **“A Assembleia Municipal analisou e Aprovou, por unanimidade de presenças***

***e em minuta para efeitos imediatos, a Contratação de Financiamento Bancário para a construção da Central de Valorização Orgânica.***-----

***--8 Estatuto dos Benefícios Fiscais - Isenções de IMT ao abrigo da Portaria nº 1467-A/2001 de 31 de Dezembro - Análise e Ratificação.***-----

***-- a) Aquisição de Prédio Urbano na Rua do Miradouro nº 7 - A, Cabeças - Pinheiro Grande, por Vânia Filipa Santos Jacinto.***-----

***-- b) Aquisição de Prédio Urbano em Ulme, pela Empresa Vacaria Terra das Chantas, Lda.***-----

***--c) Aquisição de Prédio Urbano na Avenida Jesuíno Magano, Chamusca, pela Empresa Campos e Nazário - Oficina de Reparações de Automóveis, Lda.***-----

***--O ponto número oito foi posto à votação e **Aprovado** por maioria de presenças, com vinte e um votos favoráveis da CDU, PS e PSD e uma abstenção do Bloco de Esquerda e por minuta.***-----

***--Assim: "A Assembleia Municipal analisou e Ratificou, por maioria de presenças, com uma abstenção e em minuta, as referidas Isenções de IMT ao abrigo da Portaria nº 1117/2009 de 30 de Setembro."***-----

***--9 Protocolo de Utilização de Instalações / Actividade Física e Desportiva - Câmara Municipal de Chamusca e Junta de Freguesia de Ulme - Análise e Ratificação.***-----

***--O Senhor Presidente da Mesa pôs o ponto número nove à votação, tendo sido **Aprovado** por unanimidade de presenças.***-----

***--10 Protocolo de Cedência de Recursos Humanos - Câmara Municipal de Chamusca e Junta de Freguesia do Pinheiro Grande - Análise e Ratificação.***-----

***--Foi colocado o ponto número dez à votação e **Aprovado** por unanimidade de presenças.***-----

*--O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou se alguém do público presente queria intervir: -----*

*--Apresentou-se o Senhor Jorge Ferreira referindo quer: " fazer um reparo negativo a um ponto, a uma situação que se passou aqui nesta Assembleia Municipal, em que foi colocada à aprovação um acto de solidariedade para com a Presidente de Junta da Freguesia de Vale de Cavalos, tendo em conta a afirmação que é feita, alvo de agressão, o conhecimento que eu tenho, e se calhar muitos de nós foi através de um jornal regional, veio uma notícia, e nada está provado, e a Assembleia Municipal aprovar uma coisa que nada está comprovado é um acto menos digno, diga-se de verdade-----*

*--Apresentou-se o Senhor Luís Manuel Ventura Pires, em representação da Comissão de Utentes da Freguesia de Vale de Cavalos com a seguinte Nota de Imprensa:-----*

*-----"NOTA DE IMPRENSA-----*

*--Os cerca de 1300 habitantes da Freguesia de Vale de Cavalos, Concelho da Chamusca, mais de 50% destes com idade superior a 60 anos, estão a ser confrontados com a ameaça de deixar de ter médico na Freguesia.-----*

*--Esta medida resulta da aplicação de uma Lei do Governo, que criou as Unidades de Saúde Familiar e que agora pretendem aplicar no Concelho da Chamusca, através da ARS Lezíria II.-----*

*--A ser verdade a aplicação desta medida a preocupação de toda a população de Vale de Cavalos é grande considerando-a, irracional, imoral e extremamente injusta para uma população bastante idosa, de fracos recursos e a necessitar muito de acompanhamento médico.-----*

*--Centralizar os serviços médicos no Centro de Saúde da Chamusca que fica a 10 km*

*de distância, é precisamente contribuir mais para a desertificação da Freguesia e liquidar mais ainda o seu desenvolvimento.*-----

*--O serviço de saúde não pode ser visto como um problema meramente economicista, tem que apostar na descentralização de forma a ir ao encontro das necessidades das populações.*-----

*--Fica mais económico e prático a deslocação de um médico à freguesia que obrigar a deslocar uma população, em média, de 700 a 800 utentes que estão a ser atendidos em Vale de Cavalos.*-----

*--Perante esta ameaça a população reuniu-se no passado dia 20-02-2010 e elegeu uma comissão de utentes para os representar e por diante todas as iniciativas consideradas necessárias para que a população de Vale de Cavalos continue a ter médico na Freguesia*-----

*--Assim, foram já solicitadas reuniões ao ARS Lezíria II, à Direcção do Centro de Saúde da Chamusca, bem como à Câmara Municipal da Chamusca.*-----

*--A Saúde é um bem para melhorar e não para torná-la mais precária*-----

*--A Comissão de Utentes da Saúde de Vale de Cavalos*-----

*--Apresentou-se o Senhor António Cardador, membro da Comissão de Utentes de Vale de Cavalos, que referiu: "só queria reforçar a questão que o Luís Pires pôs que é o seguinte pode ficar a ideia que só são atingidas aquelas populações, aquelas freguesias onde paira a ameaça da retirada de médico, nós pensamos que não, toda a população do concelho vai ser atingida, porque centralizar serviços nunca é bom, nem é uma perspectiva de desenvolvimento, nem é uma perspectiva de melhor servir as populações. Ao centralizar o serviço de saúde aqui na Chamusca ou a pretender fazê-lo está a criar certamente dificuldades a toda a população, não só aos da freguesia que se tem que deslocar, como também à própria população da Chamusca, porque aqui vai*

*arrastar muito mais o seu tempo de consulta que vai ser necessário. Por outro lado existe um problema que é real que é a falta de médicos, tanto quanto sabemos não se põe a questão económica, financeira, essa questão não se tem posto, tem se posto em termos de médicos, está-se a funcionar com quatro médicos, são poucos e o concelho precisa de mais médicos para servir a sua população. Então essas chamadas Unidades de Saúde Familiares vão funcionar com seis médicos, seis enfermeiros, mais uns cinco administrativos. Põe-se esta questão se quatro não chegam e é pouco e são insuficientes, seis eventualmente poderão dar satisfação a todas as necessidades do concelho. E penso que os nossos objectivos e a preocupação desta comissão de utentes é absolutamente justa, é correcta, porque fica muito mais económico, viável e humano deslocar um médico à freguesia do que fazer deslocar uma série infinita de utentes que precisam todos os dias de cuidados médicos. Esta preocupação, estamos aqui com muita determinação necessitando efectivamente da compreensão do poder autárquico, para que esta preocupação, esta luta, que tenhamos que desenvolver a possamos vencer: " -----*

*--Os documentos de suporte da presente Sessão bem como os ficheiros áudio, como é usual, ficam arquivados para eventuais consultas. -----*

*--Nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a presente Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, pelo que se lavrou a Presente Acta que, conjuntamente com o Senhor Presidente da Mesa, passo a assinar. -----*

---

---

---